

Estão os EUA preparados para vencer uma guerra contra a China?

美国准备好打赢与中国的战争了吗？

Major-General Carlos Branco, ex-diretor da Divisão de Cooperação e Segurança Regional, do Estado-Maior Militar Internacional da NATO e investigador associado do IDN - Instituto de Defesa Nacional

:

卡洛斯·布兰科少将，北约国际军事参谋部区域合作与安全局前局长、国防研究院 (IDN) 副研究员。

Resumo (Layout)

Esta interrogação tem estado presente há algumas décadas na mente do establishment político e militar norte-americano. Comprovam-no os imensos estudos sobre o tema efetuados pela Academia e think tanks. Tornou-se um tema obsessivo. Em 2016, A RAND Corporation elaborou um [relatório](#) sobre o tema («War with China Thinking Through the Unthinkable») e [outro](#) em 2025 («Stabilizing the U.S.-China Rivalry»).

Pequim tem vindo a preparar-se, ao longo das duas últimas décadas, para a eventualidade desse embate acelerando a criação e o desenvolvimento de um sistema de resiliência nacional abrangente que lhe permita resistir a sanções, bloqueios, colapso das cadeias de abastecimento, catástrofes naturais e na pior das hipóteses a uma guerra generalizada prolongada.

Desde o início da década de 2020, que temos vindo a assistir a uma aceleração dessa preparação, não significando isso, contudo, uma vontade de Pequim se envolver numa guerra.

几十年来，这一疑问一直存在于美国政治和军事建制派的脑海中。学术界和智库就该主题进行的大量研究便证明了这一点。它已然成了一个执念。2016 年，兰德公司就该主题撰写了一份报告（《与中国开战：不可思议之议》），并在 2025 年撰写了另一份报告（《稳定美中对抗》）。

在过去的二十年里，北京一直在为这种冲突的可能性做准备，加速建立和发展一个全面的国家韧性体系，使其能够抵御制裁、封锁、供应链崩溃、自然灾害，以及在最坏情况下的长期全面战争。

自 2020 年代初以来，我们目睹了这一准备工作不断加速，然而，这并不意味着中国有参与战争的意愿。

O tema ganhou uma nova acuidade, quando fomos confrontados com a incapacidade de os EUA concretizarem os objetivos políticos a que alegadamente se tinham proposto com a sua agressão ao Irão, isto é, a mudança de regime recorrendo ao uso da força, e como essa guerra esgotou os arsenais norte-americanos. Os Estados

Unidos consumiram entre um terço e metade das reservas de sete principais tipos de munições.

A aventura militar americano-israelita evidenciou as limitações do seu poderio bélico: as suas bases militares no Golfo Pérsico foram atacadas e destruídas pelos mísseis e drones iranianos; foram incapazes de honrar os compromissos securitários com os seus aliados da região; os navios da quinta esquadra debandaram do Golfo para não serem afundados; e o estreito de Ormuz encontra-se sob o controlo de Teerão que determina quem o cruza, sem os EUA conseguirem restabelecer a liberdade de navegação na região.

A marinha norte-americana não foi sequer capaz de colocar na região três grupos de porta-aviões, uma capacidade militar muito distante daquela que empregou nas guerras em que se envolveu nessa parte do mundo (seis grupos em 1991 e oito em 2003, nas guerras contra o Iraque).

Estes desenvolvimentos dão-nos indicações do que poderá ser uma confrontação militar com a China, uma potência incomensuravelmente mais apetrechada militarmente do que o Irão. O resultado pífio do recente embate no Médio Oriente poderá ser determinante nas ambições hegemónicas norte-americanas, permitindo antever o possível resultado desse confronto com uma razoável precisão, se os EUA não procederem rapidamente a uma radical alteração na sua postura, que a acontecer demorará tempo a produzir efeitos.

A ocorrer um conflito militar entre a China e os EUA, ele teria lugar na Ásia Oriental/Pacífico ocidental, onde se situam os potenciais focos de tensão, e seria provocado pelas restrições à liberdade de navegação no Mar do Sul da China ou por uma ação militar chinesa em Taiwan. Em qualquer dos casos, os EUA encontrar-se-iam sempre numa situação difícil e desvantajosa. Não só a China combaterá “em casa” como começa a dispor de vantagem tecnológica em quase todos os domínios.

Como no caso do Irão, as Forças Armadas dos EUA teriam dificuldade em travar uma guerra prolongada com a China devido à falta de munições de longo alcance, sistemas de defesa aérea e interceptores, bem como de sistemas aéreos, submarinos e de superfície não tripulados.

A preparação da China para o embate militar

Pequim tem vindo a preparar-se, ao longo das duas últimas décadas, para a eventualidade desse embate acelerando a criação e o desenvolvimento de um sistema de resiliência nacional abrangente que lhe permita resistir a sanções, bloqueios, colapso das cadeias de abastecimento, catástrofes naturais e na pior das hipóteses a uma guerra generalizada prolongada.

Desde o início da década de 2020, que temos vindo a assistir a uma aceleração dessa preparação, não significando isso, contudo, uma vontade de Pequim se envolver numa guerra. A ausência de intenção em envolver-se num conflito militar em larga escala, não significa que os dirigentes chineses não considerem essa hipótese muito provável e até talvez inevitável, algures nas proximidades do seu território, no final da década de 2020/início da década de 2030, preparando-se ativa e discretamente para essa eventualidade.

A China está a preparar a sociedade para uma possível crise política e militar de larga escala, a qual poderá causar rutura na normalidade das relações económicas e a derrapagem para a guerra. Falamos de uma reorganização interna da sociedade

desde o seu tecido económico e infraestrutural, reduzindo a sua exposição aos múltiplos vetores de guerra híbrida, desde os cinéticos aos económicos. Esse planeamento vai ao ponto de deslocar indústrias estratégicas para o interior do país.

A modernização do Exército Popular de Libertação (PLA) da China insere-se neste projeto. A rápida modernização em curso visa a preparação para um confronto que, a ser travado, terá lugar principalmente no ar, mar, espaço (contra satélites) e ciberespaço (contra sistemas informáticos), sendo pouco provável que venha a envolver operações terrestres de relevo.

Pequim está focada na rápida modernização do PLA nos principais domínios da guerra, adquirindo capacidade para atingir as forças norte-americanas na primeira e, cada vez mais, na segunda cadeia de ilhas. Há dez anos, as forças armadas dos EUA estariam numa situação de vantagem. Hoje, essa vantagem desvaneceu-se, tanto em meios como em tecnologia. Na parada militar comemorativa dos 80 anos da vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e do fim da Segunda Guerra Mundial, em Pequim, foram mostrados, pela primeira vez, muitos equipamentos até então desconhecidos.

A 6 de julho de 2026, um [submarino chinês](#) lançou um míssil balístico que percorreu mais de 7 mil quilómetros até ao Pacífico Sul, indicando que a China tem capacidade para atingir o território continental dos Estados Unidos a partir de um submarino a operar nas suas águas territoriais. Em agosto de 2026, a China efetuou primeira demonstração pública de um [ataque nuclear simulado a partir do ar](#), lançando um míssil balístico JL-1, com capacidade nuclear, assinalando que dispõe de uma componente aérea na sua «tríade nuclear.» Durante décadas, a dissuasão nuclear da China baseou-se exclusivamente em mísseis terrestres, meios fixos vulneráveis a um primeiro ataque. Com estes testes, Pequim mostrou que dispõe de uma tríade nuclear capaz de sobreviver a um primeiro ataque.

Com base no que temos assistido nos últimos cinco meses nos estreitos de Ormuz e de Bab el-Mandeb, é importante perceber se Washington seria, nesta altura, capaz de levar por diante o bloqueio das rotas marítimas no Pacífico e dos *choke points* associados, quando não foi capaz de o fazer no estreito de Bab el-Mandeb, perturbado pela ação dos Houtis, no Lémen. Incapaz de os derrotar, imagine-se o que seria uma intervenção numa área consideravelmente mais vasta contra um opositor incomensuravelmente superior.

Para fazer face a esse risco, que pode evoluir para ameaça, a China tem vindo a aumentar a sua marinha, que nesta altura, é a maior do mundo. Já tem três porta-aviões operacionais e mais dois em construção, sendo um deles nuclear. A sua frota de submarinos tem tido um crescimento acelerado.

A profundidade dos oceanos é, por enquanto, o único domínio em que os Estados Unidos ainda detêm uma clara vantagem militar sobre a China, domínio esse que se encontra ameaçado. Presentemente, Pequim está a desenvolver com uma rapidez surpreendente uma força nuclear submarina com elevada capacidade de sobrevivência. A China constrói cinco submarinos por cada um produzido pelo Ocidente.

Segundo alguns especialistas, na próxima década, uma nova geração de submarinos nucleares chineses desafiará a supremacia norte-americana nos oceanos. Segundo os submarinistas americanos, o domínio submarino dos Estados Unidos está ameaçado. A China terá 70 submarinos em 2027 e terá 80 em 2035. Cerca de 40

serão nucleares em comparação com a força nuclear americana que é de 67 submarinos. Ao que se junta a crise sistémica que a indústria naval norte-americana atravessa, que faz perigar as pretensões dos EUA dominarem incondicionalmente os oceanos.

Por outro lado, a enorme guarda costeira chinesa é composta por navios de combate e é dotada de uma capacidade que deve ser levada muito a sério. Apesar de ser uma força de combate formidável, a marinha norte-americana perdeu o fulgor de há algumas décadas. O comandante do Comando norte-americano do Pacífico manifestou publicamente a sua preocupação com o facto de não ter navios anfíbios, contratorpedeiros e submarinos de ataque suficientes.

Em matéria de desenvolvimento tecnológico com impacto no possível confronto em análise, há a assinalar o facto da China já operar aviões de sexta-geração (J-36) enquanto se espera que o correspondente norte-americano (F-47) só entre em serviço em meados da década de 2030.

Taiwan

Neste possível confronto insere-se a disputa pelo controlo de Taiwan que, no caso de um choque militar com a China, conferiria uma grande vantagem aos EUA, por integrar a “primeira cadeia de ilhas”, crucial para impedir e/ou dificultar a projecção de poder da China na região do Indo-pacífico.

Cabe dizer, que não nos encontramos nos preliminares de uma invasão da ilha, a menos que Taipé optasse por declarar a independência, o que é altamente improvável que venha a acontecer. Enquanto isso não ocorrer, uma operação militar chinesa em Taiwan é extremamente improvável.

Se assim não fosse, Taipé já teria tomado uma série de medidas preventivas, nomeadamente preparar uma defesa robusta do seu território. Um país que está prestes a ser invadido não mantém um serviço militar de apenas quatro meses.

A China não tomou no passado a iniciativa de desencadear uma guerra no Pacífico, não se vê porque o faria agora. Não se descortinam razões plausíveis para que isso aconteça, nem precedentes históricos. Nas últimos séculos em que a China foi a potência dominante da região, excluindo os últimos 150 anos, nunca tentou invadir o Japão. Pelo contrário, foi Tóquio que atacou a China em várias ocasiões (1592, 1894-5, 1931 e 1937).

Independentemente da modalidade de ação escolhida pela China para intervir em Taiwan interrogamo-nos como é que os EUA reagiriam a uma operação militar chinesa de grande envergadura no território, cientes da política de ambiguidade estratégica mantida por Washington. Estariam os EUA dispostos a combater por Taiwan?

Se os Estados Unidos interviessem diretamente, provavelmente teriam de agir em poucas horas ou dias para impedir a consumação do facto. Poderia não haver tempo para realizar uma concentração de forças suficiente, sempre morosa, tal como fizeram antes, em duas ocasiões, quando atacaram o Iraque.

Consequentemente, os Estados Unidos teriam de pré-posicionar forças no Indo-Pacífico para uma desencadear uma resposta tão rápida quanto possível, mobilizando bombardeiros para a Austrália e o Alasca, reforçar abrigos para aeronaves, estabelecer defesas contra mísseis e armazenar grandes quantidades de

combustível, peças sobressalentes, munições e outro material que pudesse vir a ser utilizado em combate.

Alguns responsáveis da Administração Trump vieram dizer que os EUA gastaram tantas munições no Irão que não conseguiriam executar na íntegra os planos de contingência para defender Taiwan em caso de uma invasão chinesa, podendo demorar até seis anos a repor as munições consumidas.

E os aliados asiáticos?

Uma operação militar no Pacífico Ocidental, obrigaria os EUA a operar uma extensa e vulnerável linha de comunicações necessitando do apoio dos países parceiros na região, com quem celebrou tratados de cooperação/segurança/defesa mútua. É questionável se as bases militares norte-americanas na primeira e na segunda cadeia de ilhas lhes poderão conferir o potencial de combate necessário para derrotar as forças chinesas.

As bases dos EUA e dos seus aliados, os navios de superfície e as aeronaves que operam na primeira e, cada vez mais, na segunda cadeia de ilhas são altamente vulneráveis, encontrando-se expostas aos drones e aos mísseis de cruzeiro, balísticos e hipersónicos chineses. Uma força expedicionária norte-americana participante nesse combate colocaria os porta-aviões norte-americanos vulneráveis aos mísseis hipersónicos da China, para os quais não têm defesa.

Parece evidente que os EUA não têm capacidade para atuarem sozinhos. Por isso, não se entende a posição dos EUA em relação ao QUAD — uma aliança informal entre os EUA, Japão, Austrália e Índia, criada para contrariar a influência da China na região — que outrora foi a pedra angular da estratégia norte-americana no Indo-Pacífico, e que se deteriorou significativamente desde o regresso de Trump à Casa Branca, em 2025, deixando o grupo sem liderança e com o seu valor geoestratégico degradado.

A China encontra-se numa posição vantajosa para frustrar qualquer tentativa de ataque de forças norte-americanas ao seu território. O sistema de ilhas artificiais criadas pela China no Mar do Sul da China enquadram-se num poderoso sistema de A2AD (Anti acesso/Negação de Área) desenvolvido por Pequim para controlar o acesso à região, e dificultar ou impedir o oponente de nelas operar. Estas ilhas dispõem de pistas de aterragem, abrigos fortificados, radares e baterias de mísseis e inserem-se numa cadeia de postos avançados.

O desaire norte-americano contra o Irão está a afetar seriamente a sua reputação militar, deixando claro aos olhos de todos qual seria o resultado de uma aventura militar contra a China, no Pacífico ocidental, servindo para clarificar os limites do seu poder. Mesmo que estivessem empenhadas apenas num Teatro de Operações, as forças armadas dos EUA teriam uma extrema dificuldade em travar uma guerra prolongada com a China devido à falta de munições de longo alcance, sistemas de defesa aérea e interceptores, bem como de sistemas aéreos, submarinos e de superfície não tripulados. Pelo exposto e pela reduzida probabilidade de vitória norte-americana espera-se que na discussão do tema da confrontação militar com a China, Washington não confunda aspetos comunicacionais com técnicos. Confundir narrativas com factos pode levar os decisores a tomar decisões erradas. Depois do mal feito não vale a pena colocar trancas nas portas.